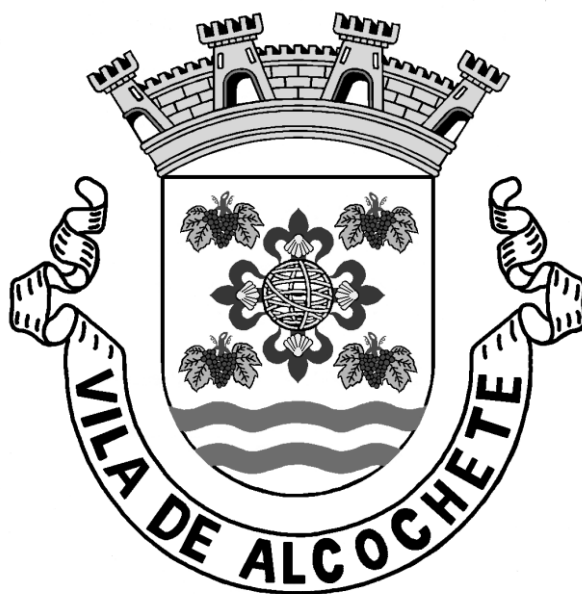




MUNICÍPIO DE ALCOCHETE

CÂMARA MUNICIPAL

N.º 19

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA

REALIZADA

EM 27 DE SETEMBRO DE 2023

ÍNDICE

A. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA	3
B. PERÍODO DE INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO DO PÚBLICO	8
C. ORDEM DO DIA.....	9
1. RESUMO DIÁRIO DA TESOUREARIA	9
2. PAGAMENTOS AUTORIZADOS ENTRE REUNIÕES.....	9
3. APROVAÇÃO DE ATAS.....	9
4. ASSUNTOS PROPOSTOS PELO SENHOR PRESIDENTE E VERAÇÃO:.....	10
4.1. ADITAMENTO AO DESPACHO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NO DIRETOR DO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE ALCOCHETE	10
4.2. ATRIBUIÇÃO DE AÇÃO SOCIAL ESCOLAR - ANO LETIVO 2023/2024.....	12
4.3. PEDIDO DE ISENÇÃO DE TAXAS REFERENTE À OCUPAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO COM O PRIMEIRO PASSEIO DE TODO-O-TERRENO 100% ELÉTRICO EM ALCOCHETE – PROCESSO N.º PD/2023/733	13
4.4. CEDÊNCIA DO ESPAÇO PÚBLICO E APROVAÇÃO DO HORÁRIO DAS FESTIVIDADES PARA A REALIZAÇÃO DA FEIRA AGRÍCOLA DE SÃO FRANCISCO EM SÃO FRANCISCO – PROCESSO N.º PD/2023/752	14
4.5. APROVAÇÃO DA AQUISIÇÃO DE CHEQUES VETERINÁRIOS CIRÚRGICOS PARA REFORÇO DO PROGRAMA CHEQUE VETERINÁRIO AO ABRIGO DO PROTOCOLO ENTRE O MUNICÍPIO DE ALCOCHETE E A ORDEM DOS MÉDICOS VETERINÁRIOS	16
5. APOIOS FINANCEIROS	17
6. INFORMAÇÕES	17
D. PERÍODO DE INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO DO PÚBLICO	19
ENCERRAMENTO	19

Aos vinte e sete dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e três, nesta vila de Alcochete e salão Nobre dos Paços do Concelho, pelas dezassete horas e trinta minutos, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal, sob a presidência do senhor Fernando Manuel Gonçalves Pina Pinto, na qualidade de presidente da Câmara, encontrando-se presentes as senhoras vereadoras Maria de Fátima Maduro Gregório Soares, Ana Sofia Madeira Maduro e Natacha Patrícia Bexiga Patinha e os senhores vereadores Pedro Sérgio Martins Ferreira Lavrado e Jorge Manuel Pereira Giro.

Faltou à presente reunião, por motivo considerado justificado o senhor vereador Dário João Ferra Moura.

O senhor presidente declarou aberta a reunião.

A. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Aberto o período de Antes da Ordem do Dia o senhor presidente questionou se as senhoras vereadoras e os senhores vereadores queriam usar da palavra.

O senhor vereador Jorge Giro referiu que os transportes públicos têm sido desde sempre alvo de muitas reclamações, tendo tido conhecimento que relativamente ao sítio do Passil existem dias que não há transportes, obrigando que algumas crianças se desloquem a pé do Passil para a escola de Alcochete. Perguntou se o executivo tem conhecimento desta situação que é inoportuna, não se entendendo como é que a mudança de operador, que se previa ser para melhor, mas que na realidade não o está a ser na sua plenitude. Questionou quais foram as ações tomadas para alterar esta situação, onde as pessoas do Passil que já vivem de um certo modo isoladas, algumas de idade avançada e outras ainda crianças não têm como se deslocar até à vila e sem estes transportes regulares, será impossível realizarem as suas tarefas, seja para irem para a escola, para consultas médicas ou para qualquer outra área.

O senhor presidente exprimiu que as palavras do senhor vereador Jorge Giro foram demasiadamente otimistas e que na sua opinião o quadro ainda é mais negro.

Afirmou que o executivo tem conhecimento desta questão, porque foi acompanhando o início do período escolar, não se podendo dissociar o início das aulas e os transportes. Existiu um cuidado redobrado, porque a expectativa que havia em relação aos transportes, conjugado com todo o passado desde que entrou em vigor a Carris Metropolitana, levava a que houvesse a noção que as coisas poderiam não correr bem.

Continuou dando nota que todas as reclamações devem ser remetidas para os Transportes Metropolitanos de Lisboa (TML) e com conhecimento à Câmara Municipal de Alcochete, porque só assim existirá um conhecimento detalhado das falhas cometidas pela operadora, para posteriormente e em sede própria se poder ultrapassar as adversidades.

Lembrou que no passado já havia referido que esta mudança tinha tudo para ser um sucesso da Área Metropolitana de Lisboa (AML), independentemente da ideologia política de cada um dos municípios que compõem a AML, todavia, desde que decorreu o concurso internacional e que o consórcio Alsa Todi começou a funcionar, o resultado variou entre o mau e o péssimo, nunca atingindo a normalidade.

Partilhou que realizou um trabalho exaustivo no sentido de perceber o que a câmara municipal planeou para os transportes e aquilo que estava a ser feito, concluindo que existe de facto uma diferença abismal entre o que ficou plasmado e o que é o cumprimento das obrigações da operadora. Adiantou que existem paragens de autocarros que ainda não têm os horários colocados, que não se encontra em funcionamento um painel eletrónico com a indicação do tempo de espera para o próximo autocarro e que está previsto para uma zona central do município, apontando também a falha das carreiras que não aparecem ou que chegam antes ou depois do respetivo horário, havendo a consciência que 10 minutos antes ou 10 minutos depois faz toda a diferença na vida das pessoas, porque algumas delas ainda terão que utilizar posteriormente outro transporte para chegarem ao seu local de trabalho.

Recordou que antes das férias a informação que existia ao abrigo do Conselho Metropolitano era que a administração da TML estaria a desenvolver os procedimentos jurídicos para a aplicação das coimas por incumprimento da operadora, preocupando-o as

falhas consecutivas que acontecem desde sempre e em particular no início do ano escolar, considerando que é inadmissível que as crianças do Passil ou da Fonte da Senhora tenham de se deslocar a pé, não só pela distância, mas também pelo perigo que incorrem.

Transmitiu que tem agendada para a próxima semana uma reunião com o senhor Primeiro Secretário da AML e com a administração dos TML para se abordar o tema em discussão. Seguidamente partilhou o email que enviou para a administração dos TML, com conhecimento do Conselho Metropolitano e das 3 juntas de freguesia do concelho de Alcochete:

«Caras e Caros Administradores da TML,

Tenho consciência plena das dificuldades emergentes em relação ao assunto dos transportes e particularmente no que concerne ao serviço prestado pela Alsa Todí. Simplesmente deplorável.

Até hoje, não se conseguiu cumprir integralmente com tudo o que encerra o caderno de encargos com esta operadora. Volvido este tempo, o grau de oscilação em termos de satisfação varia entre o péssimo e o mau. Acreditem que não são apenas e só palavras, até porque essas são levadas pelo vento. A minha preocupação assenta naqueles que todos os dias, sem possuírem outra alternativa ao transporte público, utilizam estas carreiras para se deslocarem para Lisboa onde trabalham, mas também nas muitas crianças e jovens que todos os dias se deslocam para as escolas e confesso que neste início escolar, voltámos a atingir o PÉSSIMO em termos de satisfação.

É hora! É hora de alterarmos este paradigma. É hora de prestarmos esclarecimentos à população. Pagamos para ter um serviço de excelência que nos prometeram e aquilo que sucede é ZERO. Prejudicamos todos os dias as pessoas com este serviço.

Carreiras que não cumprem os horários. Carreiras que não aparecem. Carreiras que passam nas paragens repletas de pessoas e que deixam outras tantas pessoas na paragem sem transporte. Enfim!!

Senhoras e Senhores Administradores,

Existem problemas sérios. Façam o favor de os resolver. Olhem para o Passil (concelho e freguesia de Alcochete) onde todos os dias as crianças deixaram de ter transporte para se deslocarem para as escolas. Olhem para o resto do nosso concelho (Samouco e São Francisco) onde todos os dias as pessoas chegam aos seus empregos fora de horas por incumprimento das carreiras agendadas.

Por favor, olhem para e pelas pessoas.»

Continuou expressando que a Câmara Municipal de Alcochete não se coloca à margem destes problemas, porque faz parte do Conselho Metropolitano, com presença assídua na AML e partilhando a responsabilidade com os restantes 17 municípios.

Asseverou que este é um concurso internacional que envolve muitos milhões de euros, uma parte paga pelas câmaras municipais, numa medida que visava melhorar a vida dos munícipes, onde a redução do passe social de €140,00 para €40,00 é uma medida extraordinária para as famílias. Existem autocarros de última geração, estando previsto para a próxima semana a chegada de mais 200 autocarros elétricos, porém, de nada adiantarão se não existir quem os conduza, lembrando que no passado foram contratados motoristas em Cabo Verde e segundo informações não oficiais, uma grande parte dessas pessoas já regressaram ao seu país.

Aludiu que o Conselho Metropolitano terá de tomar medidas duras e eficientes que se traduzam em retirar das populações as preocupações que todos têm quando utilizam este transporte público. Todavia, no Conselho Metropolitano, nem todos os municípios partilham desta exaltação, Alcochete é entre os 18 municípios da AML em que a única solução de transporte é precisamente o rodoviário. Exemplificou que o concelho do Montijo tem o transporte fluvial como alternativa, no Seixal além do rodoviário e do fluvial existe o ferroviário como opção.

Concluiu a sua intervenção afirmando que compete ao executivo defender a população do concelho de Alcochete, o que tem sido feito, contudo, lamenta não se estar a conseguir

resolver este problema, mas é importante que todos percebam que esta não é uma situação que a Câmara Municipal de Alcochete resolva “*per si*”, o qual está imputado à AML, onde figura o município de Alcochete.

O senhor vereador Jorge Giro concordou com as palavras do senhor presidente, acreditando que o executivo está a fazer o que tem ao seu alcance para que esta situação melhore, contudo, referiu que já passou mais de um ano e o problema mantém-se. Possivelmente a solução passará por se realizar novo concurso e enquanto o mesmo decorre, obrigar a atual empresa a prestar o seu serviço melhor. O normal destes transportes e desde junho de 2022 não pode oscilar entre o mau e o péssimo, nunca se tendo percebido a confusão inicial, onde não se aproveitou os horários já praticados pelos Transportes Sul do Tejo (TST), que servia uma população já enquadrada com os mesmos, reforçavam-se algumas carreiras e colocava-se em circulação os novos autocarros.

Expressou que receia que daqui a um ano se esteja a discutir o mesmo problema.

O senhor presidente referiu que o Conselho Metropolitano reúne uma vez por mês sendo seguro que este será um tema que o município de Alcochete irá levar à discussão e reflexão, onde se pretende que a operadora cumpra com aquilo que está no caderno de encargos no qual está escrito o que a autarquia de Alcochete definiu e que passa pela manutenção dos horários que existiam, o reforço das carreiras, porque entretanto a população também foi aumentando, ter carreiras em locais que entretanto ganharam outra dinamização económica, dando como exemplo o “Parque Industrial do Batel” que não tinha nenhuma paragem de autocarros na proximidade.

Sublinhou que se está perante um problema que vai além do político, havendo a consciência que não será fácil de resolver, considerando que deitar abaixo um concurso internacional e realizar um novo concurso poderá não ser a melhor opção, até pelo tempo que os procedimentos demoram. O que se pretende é que este problema seja resolvido no sentido que a operadora cumpra e que alguém a faça cumprir os pressupostos legais e que estão plasmados no caderno de encargos.

B. PERÍODO DE INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO DO PÚBLICO

Registou-se a intervenção do senhor João Clólo Moço, munícipe de Alcochete que começou por elogiar a Câmara Municipal de Alcochete pelo evento “Fado Convida”, referindo que como Alcochetano se sente bastante orgulhoso deste programa.

Seguidamente apontou a falta de limpeza na rua da Ponderosa, indicando que aquando da recolha de lixo doméstico ficam sempre resíduos espalhados pelo chão, tendo sugerido que os mesmos sejam apanhados no momento.

Indicou a falta de calçada na “Praia dos Moinhos”, a falha na iluminação pública e a escassez de habitação no concelho de Alcochete, o que leva muitas pessoas a procurarem soluções nos concelhos vizinhos.

O senhor presidente congratulou-se pela vinda do munícipe à reunião de câmara, seja para elogiar ou criticar de modo construtivo e que neste ponto o senhor João Moço foi irrepreensível.

Destacou que os municípios vivem muito dependentes da E-Redes (antiga Eletricidade de Portugal – EDP), exemplificando que existem 4 postes de iluminação da rua do Láparo, que embora não coloquem em risco pessoas e bens, os mesmos encontram-se semi tombados cuja situação já foi reportada à E-Redes há alguns meses e ainda não foi resolvida.

Sobre a habitação referiu que é um problema de grande relevância para o município de Alcochete e que se divide em dois níveis, um é a habitação social e outro é a habitação a preços acessíveis, de modo que os jovens de Alcochete não tenham de ir morar para outro concelho, porque não têm dinheiro para comprar em Alcochete. A câmara tem formas de poder fazer algo sobre esta matéria e, que tem feito, contudo, não consegue regular o mercado imobiliário. Neste momento está a ser desenvolvido um projeto para o Valbom, num terreno municipal, no sentido de que num período de 2 a 3 anos se possa construir habitações a preços acessíveis. No que respeita à habitação social o executivo tem como objetivo ter mais 50 casas até 2027.

C. ORDEM DO DIA

1. Resumo diário da tesouraria

O senhor-presidente informou que o valor do saldo, em disponibilidades de operações orçamentais é de €6.201.234,27 (seis milhões, duzentos e um mil, duzentos e trinta e quatro euros e vinte sete cêntimos).

A Câmara tomou conhecimento.

2. Pagamentos autorizados entre reuniões

O senhor presidente informou que entre os dias 13/09/2023 e 26/09/2023, autorizou o pagamento da despesa, no montante de €1.261.750,56 (um milhão, duzentos e sessenta e um mil, setecentos e cinquenta euros e cinquenta e seis cêntimos), conforme as ordens de pagamento emitidas do n.º 3532 ao n.º 3759.

A Câmara tomou conhecimento.

3. Aprovação de atas

Ata da reunião ordinária realizada em 02 de agosto de 2023

Submetida à votação, a Câmara deliberou aprovar a ata por unanimidade.

Não votou a senhora vereadora Ana Sofia Maduro e o senhor vereador Pedro Lavrado por não terem estado presentes, ao abrigo do n.º 3, do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo.

4. ASSUNTOS PROPOSTOS PELO SENHOR PRESIDENTE E VERAÇÃO:

4.1. Aditamento ao Despacho de Delegação de Competências no Diretor do Agrupamento de Escolas de Alcochete

Pelo senhor presidente foi apresentada a seguinte proposta:

«Considerando que:

- O Decreto-Lei n.º 21/2019 de 30 de janeiro concretizou a transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da educação, na sequência da transferência consagrada nos artigos 11.º e 31.º da Lei n.º 50/2018 de 16 de agosto;
- Nos termos do n.º 1, do artigo 4.º, do Decreto-Lei n.º 21/2019, todas as competências nele previstas, salvo indicação em contrário, são exercidas pela Câmara Municipal, com a faculdade de delegação no diretor do agrupamento de escolas;
- Segundo a alínea f), do n.º 2 do mesmo artigo, no exercício das suas competências, os órgãos dos municípios devem respeitar a gestão pública da rede de estabelecimentos públicos de ensino, através dos órgãos próprios dos agrupamentos de escolas;
- Nos termos do n.º 3, do artigo 44.º, do Decreto-Lei n.º 21/2019, a respeito da gestão do pessoal não docente, “as competências próprias do presidente da câmara municipal e dos órgãos municipais referidas no n.º 1 podem ser objeto de delegação nos órgãos de direção, administração e gestão dos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas”;
- De harmonia com o artigo 46.º do mesmo diploma, a contratação de fornecimentos e serviços externos essenciais ao normal funcionamento dos estabelecimentos

educativos, designadamente, eletricidade, combustível, água, outros fluídos e comunicações, compete aos municípios;

- Nos termos das alíneas d) e e), do n.º 2, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, compete ao Presidente de Câmara gerir os recursos humanos dos estabelecimentos de educação, bem como proceder à aquisição de bens e serviços;
- O regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos do ensino secundário, do 2.º e do 3.º ciclo do ensino básico, aprovado pela Lei n.º 75/2008 de 22 de abril, republicada pelo Decreto-Lei n.º 137/2012 de 2 de julho, funciona sob a égide do princípio da responsabilidade e da prestação de contas ao Estado, assim como todos os demais agentes ou intervenientes;
- De acordo com o artigo 8.º deste diploma, a autonomia significa a faculdade reconhecida ao agrupamento de escolas de tomar decisões nos domínios da organização pedagógica, da organização curricular, da gestão dos recursos humanos, da ação social escolar e da gestão estratégica, patrimonial, administrativa e financeira, no quadro das funções, competências e recursos que lhe estão atribuídos;
- O Agrupamento de Escolas de Alcochete necessita transportar alunos com necessidades específicas individuais que não podem utilizar os transportes regulares ou os transportes escolares, bem como investir em equipamento básico, mobiliário, material didático e equipamentos desportivos, laboratoriais, musicais e tecnológicos, utilizados para a realização das atividades educativas.
- A delegação de competências dá corpo a um processo de diálogo permanente, com o objetivo de tornar a gestão das escolas mais eficiente e eficaz, numa relação de cooperação institucional e de corresponsabilização no cumprimento das competências e atribuições legais dos outorgantes;

- No âmbito desta atuação conjunta, é importante que os diferentes órgãos se esforcem por rentabilizar os meios disponíveis no sentido de melhor responderem às necessidades existentes.

Face aos considerandos expostos, propõe-se que a Câmara Municipal de Alcochete delibere a aprovação do Aditamento da Delegação de Competências nos termos da Minuta de Despacho em anexo.»

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a proposta por unanimidade, bem como, anexar a Minuta de Despacho, como **Doc.1**.

4.2. Atribuição de Ação Social Escolar - Ano Letivo 2023/2024

Pela senhora vereadora Maria de Fátima Soares foi apresentada a seguinte proposta:

«No âmbito do estabelecido pela alínea hh), do n.º 1, do artigo 33.º e pelo ponto 1, do artigo 34.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua versão atual, é competência da Câmara Municipal deliberar no domínio da ação social escolar, designadamente no que respeita a atribuição de auxílios económicos no âmbito da alimentação, material escolar e visitas de estudo.

De acordo com o estabelecido pela legislação em vigor e após a análise de todos os requerimentos e respetiva fundamentação documental, propõe-se a atribuição de Ação Social Escolar no escalão A a 16 alunos(as) do 1.º Ciclo do Ensino Básico e a 4 alunos(as) da educação pré-escolar e no escalão B a 5 alunos(as) do 1.º Ciclo do Ensino Básico e a 7 alunos(as) da educação pré-escolar, cujos processos encontram-se disponíveis para consulta no Setor de Educação.»

Submetida à votação, a Câmara deliberou aprovar a proposta por unanimidade.

4.3. Pedido de isenção de taxas referente à ocupação de espaço público com o primeiro passeio de todo-o-terreno 100% elétrico em Alcochete – Processo n.º PD/2023/733

Pelo senhor vereador Pedro Lavrado foi apresentada a seguinte proposta:

«Considerando que:

1. Através do requerimento n.º PD/2023/903 de 05 de setembro, o Clube Escape Livre no âmbito do primeiro passeio de todo-o-terreno 100% elétrico, a realizar dia 30 de setembro, na avenida Dom Manuel I (junto ao restaurante Alfoz), solicita a isenção das taxas referente à ocupação do espaço público;
2. O passeio irá trazer até Alcochete uma caravana de cerca de 20 SUV 100% elétricos e cerca de uma centena de pessoas que irão fazer um passeio a pé, acompanhadas por um grupo de teatro a recordar os tempos de Dom Manuel I, pelo “Passeio do Tejo” até ao farol da ponte do cais;
3. A mobilidade elétrica é cada vez mais importante nos nossos dias, no sentido da redução de emissão de gases poluentes para a atmosfera e de atingirmos a descarbonização, sendo estas iniciativas um meio de divulgação e uma forma de incentivo à utilização deste tipo de veículos.

Propõe-se que:

- Nos termos do disposto na alínea b), do n.º 2, do artigo 9.º do Regulamento de Taxas Municipais, publicado em “Diário da República”, 2.ª Série, de 3 de dezembro de 2010, e em face do manifesto e relevante interesse municipal na iniciativa, a Câmara Municipal delibere no sentido da isenção de pagamento de taxas no valor de €125,31 (cento e vinte cinco euros e trinta e um cêntimos).»

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a proposta por unanimidade.

4.4. Cedência do espaço público e aprovação do horário das festividades para a realização da Feira Agrícola de São Francisco em São Francisco – Processo n.º PD/2023/752

Pelo senhor vereador Pedro Lavrado foi apresentada a seguinte proposta:

«Considerando que:

1. Através dos requerimentos n.º PD/2023/924, PD/2023/925, PD/2023/926 de 12/09/2023 e PD/2023/962 de 19/09/2023, o Rancho Folclórico Camponeses de São Francisco, solicita o licenciamento de Festividade/Divertimento Público, com Recinto Itinerante e licença especial de ruído, no âmbito do evento “Feira Agrícola de São Francisco” em São Francisco, conforme plantas em anexo;
2. Nos termos da alínea o), do n.º 1, do artigo 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, compete à Câmara Municipal deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, nomeadamente à realização de eventos de interesse para o município;
3. Nos termos da alínea qq), do n.º 1 do mesmo artigo, compete à Câmara Municipal administrar o Domínio Público Municipal;
4. De acordo com a informação da DIS (Movimento Associativo) o Rancho Folclórico Camponeses de São Francisco, cumpre com o estabelecido no artigo 5.º do R.A.M.A, encontrando-se em condições de beneficiar das isenções do pagamento de taxas, previstas para o movimento associativo na deliberação datada de

04/01/2023, das seguintes taxas devidas, no valor de €6.340,72 (seis mil, trezentos e quarenta euros e setenta e dois cêntimos).

Propõe-se que:

1. Nos termos e para efeitos do disposto nas alíneas o) e qq), do n.º 1, do artigo 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal de Alcochete delibere ceder ao Rancho Folclórico Camponeses de São Francisco a gestão dos espaços públicos onde a FERIA Agrícola de São Francisco será realizada, delimitadas nas plantas em anexo e que fazem parte integrante da presente deliberação, pelo prazo máximo concedido na licença para a realização da mesma, com a condição de respeitar os condicionalismos técnicos de segurança, higiene e mobilidade, que vierem a ser determinados pelos serviços municipais e pelas autoridades policiais, para o período em que decorre a festividade, com uma área de 8.290,00 m².
2. A Câmara Municipal de Alcochete delibere emitir licença especial de ruído para o período em que decorre a festividade, conforme os quadros seguintes:

Licença de ruído para a Festividade	
Dias	Horas
Dia 29/09 para 30/09 - (6ª.feira p/ sábado)	Das 18h00 às 02h00
Dia 30/09 para 01/10 - (sábado p/ domingo)	Das 08h00 às 02h00
Dia 01/10 para 01/10 - (domingo)	Das 08h00 às 00h00

Licença de ruído para o Recinto Itinerante	
Dias	Horas
Dia 29/09 para 30/09 - (6ª.feira p/ sábado)	Das 18h00 às 00h00
Dia 30/09 para 01/10 - (sábado p/ domingo)	Das 08h00 às 00h00
Dia 01/10 para 01/10 - (domingo)	Das 08h00 às 00h00

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a proposta por unanimidade, bem como, anexar as Plantas como **Doc. 2**.

4.5. Aprovação da Aquisição de Cheques Veterinários Cirúrgicos para reforço do Programa Cheque Veterinário ao abrigo do Protocolo entre o Município de Alcochete e a Ordem dos Médicos Veterinários

Pela senhora vereadora Ana Sofia Maduro foi apresentada a seguinte proposta:

«A Câmara Municipal de Alcochete no cumprimento das suas atribuições e competências do Plano Municipal de Saúde Pública estabeleceu um Protocolo de Colaboração entre o Município de Alcochete e a Ordem dos Médicos Veterinários no âmbito do Programa Cheque Veterinário. Este Programa tem como principal objetivo o apoio em esterilizações e tratamentos médico-veterinários a animais de companhia pertencentes a famílias carenciadas do concelho.

Neste sentido e, esgotada a verba inicial, pretende-se dar continuidade ao Programa Cheque Veterinário com a aquisição de mais 59 Cheques Veterinários Cirúrgicos (CVC) nos seguintes valores:

- Valor unitário de CVC: €25,00 + 23% IVA
- Valor da taxa (utilização e manutenção da plataforma de gestão integrada): €147,50 + 23%IVA
- Valor total: €1.622,50 + 23% IVA

De salientar a flexibilidade de utilização destes cheques veterinários, de valor unitário determinado, sendo o custo de cada cirurgia ou serviço tabelado em protocolo. A sua utilização é igualmente passível de rastreabilidade, sendo apenas “gasto” o valor se e quando o serviço for executado.»

Submetida à discussão o senhor vereador Jorge Giro referiu que após a leitura da proposta notou que o documento menciona as esterilizações, questionando se também engloba castrações.

A senhora vereadora Ana Sofia Maduro esclareceu que a proposta está abrangida na sua generalidade, tendo havido o cuidado de não se especificar o valor a atribuir a cada tipologia de cheque veterinário, porque mediante a procura e a necessidade das famílias, permite deste modo direccionar para o que efetivamente faz falta e assim ir ao encontro do que as famílias necessitam.

Concluiu informando que na sequência das obras efetuadas no Centro de Recolha Oficial de Animais de Alcochete (CROAA), foi hoje estreada a sala de cirurgia com a realização de duas castrações.

Submetida à votação, a Câmara deliberou aprovar a proposta por unanimidade.

5. Apoios financeiros

Não foram apresentadas propostas.

6. Informações

Pelo senhor presidente foram apresentadas as seguintes Informações:

- Fado Convida - 22, 23 e 24 de setembro - Fórum Cultural e Jardim da Praça da Cultura

«A edição deste ano arrancou no dia 22 de setembro com a voz de Cátia Rosa acompanhada pela dança das Sevilhanas do Aposento do Barrete Verde, no auditório interior do Fórum Cultural de Alcochete. Já no exterior teve lugar um espetáculo único com a Kátia Guerreiro, uma das mais importantes fadistas e, Maria Toledo, ícone do flamenco atual e a primeira mulher na história do flamenco que canta acompanhada ao piano.

No dia 23 de setembro, voltámos ao auditório interior do Fórum Cultural com o espetáculo de Ângelo Freire e as Sevilhanas Rocieras de Alcochete. Mais tarde, no auditório exterior

fechámos o festival com o fadista Ricardo Ribeiro, a cantora de flamenco Montsé Cortés e o extraordinário Javier Limón.

No exterior, tivemos o arraial “ConVida” que se estendeu até domingo, dia 24 de setembro, apresentando-se como um espaço de lazer e convívio com zona de restauração e um pequeno palco para momentos de animação entre concertos.»

A Câmara tomou conhecimento.

– Homenagem ao Padre Cruz

«Figura incontornável da história da nossa comunidade, ainda hoje muitos recordam e veneram o seu percurso de vida eclesial, a sua generosidade e sentido de missão em servir os outros.

Sempre conhecido como "santo" Padre Cruz, o seu processo de beatificação aguarda aprovação da Santa Sé.

Ao longo do mês de outubro terá a oportunidade de assistir à apresentação de duas biografias, um documentário e visitar a exposição patente nos Paços do Concelho sobre um homem que tanta importância ganhou entre o povo de Alcochete.

Dia 06 de outubro, às 21:00, no Salão Nobre dos Paços do Concelho terá lugar a apresentação das biografias: "Padre Cruz - O Santo do Povo", de Ana Catarina André e Sara Capelo e ainda, "O Padre Cruz - Caminheiro", de João Marafuga.

Dia 21 de outubro, às 16:00, no Salão Nobre dos Paços do Concelho haverá a apresentação do documentário "Vida e Obra do Padre Cruz", da autoria de Filipa Ribeiro da Cunha.

Até 27 de outubro, das 09:00 às 18:00, de segunda a sexta-feira, nos Paços do Concelho - Exposição "Padre Cruz - 75 anos depois".»

A Câmara tomou conhecimento.

D. PERÍODO DE INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO DO PÚBLICO

Não se registaram intervenções.

ENCERRAMENTO

E nada mais havendo a tratar, pelas 18:51 horas o senhor presidente declarou encerrada a reunião da qual, para constar, se lavrou a presente ata que eu, Joel Rodrigues, técnico superior, subscrevo e assino.